

## ANEXO VIII

### MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2021

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA CELEBRADO  
ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITAJUBÁ** E A EMPRESA -----  
--- COM BASE NA CONCORRÊNCIA  
PÚBLICA Nº 002/2021.

Pelo presente Contrato de prestação de serviço entre pessoas jurídicas, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.025.940/0001-09, com sede localizada na Avenida Doutor Jerson Dias, nº 500, bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pela Secretária Municipal de Planejamento, Sra. **Edna Maria Lopes Dias**, brasileira, casada, portadora do Registro Geral MG-13.640.692, inscrita no CPF/MF sob o nº. 069.247.726-84, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e a empresa -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ----- com sede na ----- n.º -----, bairro -----, Município de -----, Estado de -----, CEP -----, neste ato representada por seu representante legal o **Sr.** -----, -----, -----, -----, portador da Carteira de Identidade nº -----, expedida pelo -----, inscrito no CPF/MF sob o nº -----, residente e domiciliado na -----, n.º -----, bairro -----, Município de -----, Estado de -----, CEP -----, doravante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, têm, entre si, como justo e contratado, regendo-se pela legislação pátria aplicável ao presente contrato, e especialmente pelas cláusulas a seguir declinadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO E MANUTENÇÃO DE REDE, AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TECNOLOGIA DO PARQUE I.P., COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ/MG**, conforme planilha e especificações e anexos que integram o edital de licitação.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e seguirá o disposto nos arts. 54 e seguintes da Lei 8.666/93.

2.2 A execução dos serviços deverão ter início em até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite do orçamento do serviço pela Secretaria requisitante, após emissão da ordem de serviços.

2.3 Os prazos estipulados neste edital poderão ser prorrogados, desde que observada as disposições legais, quando eventualmente surgir alguma necessidade desde que esta seja expressamente justificável e aceita pelo Fiscal do contrato e pelo Gestor.

2.4 Os prazos para elaboração de quaisquer projetos serão de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço para elaboração do projeto. O prazo para conclusão e consequente entrega do projeto será consignado na emissão da ordem de serviço.

2.5 O prazo para a elaboração de projetos poderá ser reduzido para 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço para elaboração do projeto, caso haja urgência por parte da Contratante. Neste caso, a Contratante comunicará a contratada e consignará o prazo na emissão da ordem de serviço.

2.6 O prazo para conclusão dos serviços, que serão realizados a cada emissão de ordem de serviços, será(ão) determinado(s) pelo fiscal responsável e/ou seu representante, de acordo com a quantidade e complexidade do(s) serviço(s). Os prazos serão determinados em reuniões entre a Contratada e a Contratante, e consignados na emissão da ordem de serviços.

2.7 A disposição do item 3.5 não se aplicará ao(s) serviço(s) que dependerem de aprovação e/ou permissão da concessionária local (CEMIG).

2.8 Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei nº 8.666/93, suas alterações e disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO**

3.1 Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ ....

3.2 As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

**02.13.01.15.451.0021.3037.4.4.90.51.00**

3.3 Os preços serão reajustados, após um período de doze meses constados da apresentação da proposta, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

3.4 A revisão dos preços é admitida em caráter excepcional, desde que ocorridos os requisitos constantes do art. 65 da Lei 8.666/93.

3.5 Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

3.6 O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante

pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

3.7 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender os serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

3.8 O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto por ventura fornecido entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **contratada**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 A prefeitura municipal de Itajubá efetuará o pagamento em até 30 (dias) da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada (para pagamento dos materiais), e/ou das medições efetivadas mensalmente e encaminhadas à fiscalização do contrato juntamente com a seguinte documentação: boletim de medição, memórias de cálculo, relatório diário de obras, relatório fotográfico pertinente aos serviços realizados, e certidões negativas vigentes, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que aja a regularização das mesmas.

A unidades de serviços (US) deverão respeitar a seguinte fórmula paramétrica:  $I = 1 + [(0,57 \times (A / A1) + 0,06 \times (B/B1) + 0,30 \times (C/C1) + 0,07 \times (D/D1)]$

Legenda:

## I - Índice de Reajuste

A = Salário base do Instalador de rede de distribuição aérea de energia elétrica – motorista, estabelecido na convenção coletiva no mês de reajuste do contrato.

A1 = Salário base do Instalador de rede de distribuição aérea de energia elétrica – motorista, estabelecido na convenção coletiva no mês de apresentação da proposta ou do último reajuste.

B = Preço médio do óleo diesel do Município de Itajubá/MG, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, no mês de reajuste do contrato.

B1 = Preço médio do óleo diesel do município de Itajubá/MG, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, no mês de apresentação da proposta ou do último reajuste.

C = Número do índice referente ao IPA/EP – DI – bens finais e bens de investimento (código 1004808 da revista Conjuntura Econômica publicada pela FGV) no mês de reajuste do contrato.

C1 = Número do índice referente ao IPA/EP – DI – bens finais e bens de investimento (código 1004808 da revista Conjuntura Econômica publicada pela FGV) no mês de apresentação da proposta ou do último reajuste.

D = Número do índice referente ao IGP – DI no mês de reajuste do contrato.

D1 = Número do índice referente ao IGP – DI no mês anterior ao mês de apresentação da proposta ou do último reajuste.

#### 4.2.1 Observações:

4.2.1.1 Os valores dos fatores de US (unidade de Serviço) correspondem à influência percentual de cada prestação de serviços, na composição final dos custos de serviços, (tabela anexa).

4.2.1.2 No caso de alterações nos índices da Fundação Getúlio Vargas – FGV (colunas, nome do índice, etc.), deverão ser considerados os índices substitutos por ela criados.

4.2.1.3 O pagamento das parcelas dependerá de medições que serão realizadas.

4.2.1.4 O pagamento será calculado de acordo com as etapas e fases previstas na planilha orçamentária, efetivamente executada integral ou proporcionalmente, atestadas pelas medições realizadas pela Secretaria Municipal de Obras, devidamente aprovados, tomando-se por base os valores correspondentes às etapas e fases lançadas no cronograma físico e financeiro e planilha orçamentária.

4.3 Os preços poderão ser reajustados, após um período de 12 (doze) meses constados da data de apresentação da proposta, em conformidade com a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4.3.1 A revisão dos preços é admitida em caráter excepcional, desde que ocorridos os requisitos constantes do art. 65 da Lei 8.666/93.

4.3.2 Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é

suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

4.3.3 O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

4.3.4 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

4.3.5 O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto por ventura fornecido entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela contratada.

4.4 No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.5 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 4.1 Concluídos os serviços, objeto desta licitação, a contratada solicitará á sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras, que fará todas as observações que julgar necessária, rejeitando as obras que não tenham sido executadas nos termos editalícios e/ou contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias corridos para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça as obras rejeitadas. Aceitas as obras, a Secretaria Municipal de Obras emitirá certificado definitivo de recebimento das obras objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.
- 4.2 A fiscalização dos serviços contratados será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.
- 4.3 O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a CONTRATADA quanto à fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do presente contrato, sendo visado, diariamente, por representante credenciado de ambas as partes.
- 4.4 A Obra será recebida provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao contratado.
- 4.5 O Recebimento definitivo será promovido em até 90 (noventa) dias por servidor ou comissão designada pelo Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, também com a emissão de termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o



disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

4.6 O prazo de 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo poderá ser ultrapassado em casos excepcionais, devidamente justificados e aceites pela Contratante.

4.7 Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com as Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente Edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES**

6.1 São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes.

6.2 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

6.3 Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

6.4 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s),

das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

- a) - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Itajubá;
- b) – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;
- c) – Multa de até **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;
- d) – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Itajubá, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.
- e) – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

**Parágrafo Primeiro** - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

**Parágrafo Segundo** - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, consequentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

6.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até **30%** (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

6.6 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

6.7 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 A rescisão contratual poderá ser:

7.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

7.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

7.1.3 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela

Administração, podendo esta, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

7.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

7.1.5 A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

7.1.6 A contratada reconhece os direitos do Município nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2 Indicar preposto, aceito pela Administração Municipal de Itajubá, para representá-lo durante a execução do contrato, que deverá atender todas as solicitações de imediato;

8.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4 Ressarcir os danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

8.5 Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.

8.6 Os serviços objeto desta licitação deverão ser vistoriados pelo Engenheiro Fiscal da unidade Contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço(s) e/ou fornecimento(s). O acompanhamento por fiscal indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, não exime a contratada de arcar com quaisquer ônus que eventualmente possam ocorrer, pelo uso de material estranho ao especificado ou execução inadequada, mão de obra imprópria ou método empregado em desacordo com o projeto executivo (aprovado pelo fiscal e/ou órgão competente). Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

8.7 O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste contrato e no projeto básico, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido no edital e na legislação vigente.

8.8 O local onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

8.9 A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, e crachás com identificação com fotografia, cargo e logomarca da

empresa, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização, (EPI e EPC), bem como atender as normas regulamentadoras aplicadas, em especial a NR – 10- Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

8.10 Caminhões e demais maquinários e equipamentos deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ – MG.

8.11 Fornecer todo material e mão de obra e equipamentos pertinentes à execução dos serviços;

8.12 Todos os serviços executados que não apresentarem condições satisfatórias, seja pelo uso de material estranho ao especificado ou execução inadequada, mão de obra imprópria ou método empregado em desacordo ao procedimento executivo da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, deverão ser refeitos, ficando sob inteira responsabilidade da contratada todos os custos, seja de material e ou mão-de-obra, equipamento(s) e etc;

8.13 A contratada se responsabilizará pela execução dos serviços, pela segurança e estabilidade dos serviços que realizar, inclusive pela boa qualidade e rigor técnico dos mesmos, ficando obrigada a reparar os danos causados por defeitos e ou por vícios e/ou falhas dos produtos e/ou dos serviços prestados, substituindo-os no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da notificação da contratada.

8.14 A contratada se obriga a concluir, completa e satisfatoriamente, o objeto desta licitação, assumindo toda e qualquer responsabilidade técnica sobre a execução dos serviços, nos termos do Art. 618, do Código Civil Brasileiro.

8.15 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

8.16 Obter, se necessário, as licenças prévias e de instalação relativamente às obras, junto aos órgãos de meio ambiente, arcando com os respectivos custos e encargos.

8.17 Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto desta licitação, em total conformidade com as descrições técnicas do edital e seus anexos.

8.18 As equipes responsáveis pelos serviços objeto desta licitação deverão ter à sua disposição todos os equipamentos, ferramentas e veículos compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas.

8.19 É de responsabilidade da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares da execução dos trabalhos e das condições de segurança do trabalho.

8.20 Os materiais, necessários para a execução dos serviços objeto deste contrato e do Projeto Básico, serão adquiridos e fornecidos pela Contratada, devendo ser de qualidade atestada pelo INMETRO e normas da ABNT e compatíveis com o padrão adotado pela concessionária de energia elétrica e padrões do Município de Itajubá/MG.

8.21 A contratada deverá realizar a limpeza das luminárias, sempre que solicitado pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos (sem quaisquer ônus

ao Município, visto que já está incluso no serviços pagos pela manutenção do parque IP).

8.22 A empresa contratada deverá realizar a identificação visual da potência da lâmpada, através de etiquetas para cada I.P. instalada e/ou substituída.

8.23 A identificação deverá ser realizada de forma visível por qualquer usuário, que ao se aproximar dos postes possa identificar.

8.24 A empresa contratada deverá prestar garantia das lâmpadas de LED que instalar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, que serão contados a partir da instalação/troca de cada uma das luminárias, e em caso de defeito(s) e/ou vício(s) e/ou falha(s), deverá realizar a reposição em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação da Contratante.

8.25 A Contratada deverá manter um estoque necessário para trocas emergenciais solicitadas pela Contratante.

8.26 Para todos projetos de troca de I.P. por luminárias de LED, a Contratada deverá apresentar relatório da medição de luminosidade/Lúmen, quando da entrega do projeto como executado e a Contratante fará vistoria por amostragem sobre os dados do relatório.

8.27 Todos os projetos de troca de I.P. por LED, deverão constar no sistema da concessionária local (CEMIG/ GEMINI), e apresentado à Contratante, num prazo de até 60 dias da execução do projeto.

8.28 O(s) boletim(ns) de medição da empresa contratada deverá(ão) conter:

- a) Tipo de prestação de serviços;
- b) Local da prestação de serviços;



- c) Data de início e fim da prestação de serviços;
- d) Discriminação dos produtos utilizados na prestação de serviços;
- e) Quantidade de produtos utilizados;
- f) Quantidade de unidade de serviço(s) (US) utilizada para cada serviço;
- g) E uma coluna com o valor medido dentro do mês e a quantidade acumulada até o mês da medição;
- h) A fonte para apresentação do(s) boletim(ns) de medição deverá ser Times New Roman tamanho 12, e estes deverão ser entregues em duas vias
- i) Relatório fotográfico de cada medição em arquivo jpeg com a respectiva indicação dos endereços nas fotos;

8.29 A Contratada deverá fazer todas as anotações dos serviços realizados, bem como as que julgar pertinentes no diário de obras.

8.30 A Contratada deverá contar com equipe especializada em poda e supressão de árvores próximas as redes elétricas de alta tensão, e para isso os operadores, bem como os que vierem a lhes substituir, deverão ter certificado de curso TTTRP – 0097 que é ministrado pela CEMIG para o manuseio de motosserra e motopoda.

8.31 Elaborar projetos, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes para sua aprovação, bem como quaisquer licenças e/ou documentos que são ou venham a ser necessários para a realização de quaisquer serviços pertinentes ao objeto desta licitação, junto aos órgãos públicos e/ou privados. Após a conclusão dos serviços as vias deverão ficar completamente livres de obstáculos e entulhos, assegurando dessa forma a livre circulação de pedestres e veículos.

8.32 Sempre que solicitado pela Contratante, a Contratada deverá apresentar os seguintes ensaios de Laboratórios Oficiais credenciados pelo INMETRO,

para todas as luminárias descritas nos itens 2.14, conforme norma ABNT NBR 15129 e NBR IEC 60598-1 Requisitos Gerais e Ensaios:

Ensaio de Grau Proteção ótico/alojamento.

Ensaio de Vibração.

Ensaio de Fotometria.

Acréscimo de tensão nos Terminais da Lâmpada.

8.33 A Contratada, após realizar a troca das luminárias de vapor de sódio, deverá entregar e armazená-las em local determinado pela Contratante.

8.34 A CONTRATADA, como forma de garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, após a sua assinatura, por alguma das modalidades de garantias previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

9.1 A Prefeitura Municipal de Itajubá/MG se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

9.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

9.3 Zelar pela boa qualidade do fornecimento, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

9.4 Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade e em

desconformidade com as especificações deste contrato, do Projeto Básico e Edital.

9.5 Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes no serviço;

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.7 Atestar o recebimento do serviço contratado no documento fiscal correspondente.

9.8 Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 O Município não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

11.1 Os serviços deverão ter início em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviços emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, podendo o prazo ser prorrogado por

igual período em caráter excepcional e devidamente justificado, desde que a justificativa seja aceita pelo fiscal responsável indicado no item 10.1 deste termo, fazendo-se obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, dentro do prazo de 48 horas após o seu recebimento.

11.2 Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, as quantidades de que trata a planilha de custos/quantitativos, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

11.3 O objeto desta licitação deve ser executado diretamente pela Contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

11.4 O preço final de cada obra será obtido pela multiplicação dos preços unitários da planilha orçamentária, pelas quantidades dos respectivos serviços a serem realizados.

11.5 Ao receber uma ordem de serviço(s) a empresa deverá apresentar orçamento(s) e/ou projeto(s) do(s) serviço(s) que será(ão) executado(s) ao fiscal do contrato indicado nesse contrato, para que este proceda avaliação do(s) orçamento(s) e/ou do(s) projeto(s) apresentado(s), podendo aprovar e/ou requerer modificação quantas vezes for necessário, até que o(s) orçamento(s) e/ou projeto(s) esteja(m) aptos(s) para aprovação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LOCAL DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S):**

12.1. Os serviços serão executados em toda extensão urbana e/ou rural do Município de Itajubá conforme a necessidade repassadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, e serão determinados na emissão da(s) ordem(ns) de serviço(s).

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

13.2 Serão partes integrantes do presente contrato guardadas as necessárias conformidades, independente de transcrições ou referências:

13.3 Todos os elementos técnicos apresentados na **Concorrência Pública nº 002/2021**;

13.4 Todos os documentos, pareceres, editais, atas, anexos, propostas constantes do processo da **Concorrência Pública nº 002/2021** e as normas técnicas brasileiras e demais especificações técnicas pertinentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro do Município de Itajubá/MG, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor.

Itajubá-MG- ----- de ----- de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**

**Edna Maria Lopes Dias**

Secretaria Municipal de Planejamento

CONTRATADA

**VISTO DO PROJU:**